



CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – COSAN

Ata da 2ª Reunião do Conselho Municipal de Saneamento Básico do Município de Araxá – COSAN

Data: 23 de maio de 2024, às 09h.

Local: Sala de Reuniões do IPDSA.

Praça Coronel Adolpho, 33 – Centro.

Pauta:

1. Erosões no Município de Araxá;
2. Apresentação de casos referentes à drenagem pluvial no município;
3. Apresentação de Orçamentos de prestação de serviços para cadastramento da rede de drenagem do município e Revisão do Plano de Saneamento;
4. Informes;
5. Encerramento.

Araxá(MG), 23 de maio de 2024.

Lista de presença:

1. Secretaria Municipal de Obras Públicas e Mobilidade Urbana:
- Gustavo Eurípedes de Lima
2. Secretaria Municipal de Serviços Urbanos:
- Tiago Xavier de Souza



CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – COSAN

3. Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá:

- Marcos Paulo Montandon Marçal
- Juliana de Fátima da Silva

4. Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA:

- Ericon Lúcio Gomes de Mattos

5. Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais:

- Andreisse Aparecida Hannemann Martins

6. Coletivo de Meio Ambiente – COLMEIA:

- Murilo Alencar Alves

Secretaria e Convidados:

IPDSA:

- Roberta Neves Reis de Menezes
- Fabricio de Avila Ferreira

Minuta da Ata:

A reunião teve início às 9 horas e 08 minutos do dia 23 de maio de 2024, na sala de reuniões do Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá – IPDSA, sendo iniciada com maioria simples. Foi aberta pelo presidente Marcos Marçal, que deu as boas vindas aos presentes. Inicialmente Roberta informou que por recomendação do Ministério Público, todas as reuniões do conselho serão gravadas e disponibilizadas no site do IPDSA. Em seguida Marçal apresentou um diagnóstico com locais da cidade com patologias no sistema de drenagem, na forma que se segue:

- 1- Erosão no Jardim Natália: Muito robusta e próximo a residências. Informou que a Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal já tem o projeto para execução da obra. A conselheira Andreisse indagou se na erosão existe rede pluvial, e Marçal esclareceu que havia um dissipador, mas que foi



CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – COSAN

- destruído pelas chuvas.
- 2- Erosão no Bairro Boa Vista: Marçal ressaltou a proximidade da mesma com as casas do bairro e a necessidade de ações mais imediatas, tendo em vista novo loteamento que se iniciará na região.
 - 3- Erosão no Jardim Primavera
 - 4- Avenida Dâmaso Drummond, próximo ao supermercado Bernardão: ocasionada por deslocamento de placas.
 - 5- Erosão no Bairro Aeroporto: Fim de rua onde o empreendedor não finalizou as benfeitorias exigidas. Existe solicitação do Ministério Público exigindo o cumprimento das mesmas.
 - 6- Erosão no Bairro Aeroporto, Rua Franklin Ribeiro
 - 7- Erosão no Jardim das Oliveiras
 - 8- Erosão na Rua Romeu de Castro Alves, Vila Silvéria: Marçal informou que se trata de um local com elevada declividade, que já existe um projeto de recuperação, porém necessita ainda de verba para realização.
 - 9- Alameda Everest: problema ocasionado pela água proveniente da avenida do Comboio e da Vila dos Pássaros. A conselheira Andreisse perguntou se a área é de responsabilidade do DER/MG, mas Marçal informou que é de responsabilidade do município. O conselheiro Ericon lembrou que existe um mal cheiro na localidade originado da lavagem de carretas no comboio.
 - 10- Rua Gustavo Rios/Av Dâmaso Drummond: Infraestrutura de drenagem e esgotamento sanitário executada na década de 70, local com declividade acentuada (acima de 30%), o que não é permitido na legislação atual. Presença de trincas em residências: necessidade de estudos mais aprofundados para determinação do nexos causal.
 - 11- Erosão no Bairro Boa Vista, próximo ao Postinho de Saúde: encontra-se estabilizada.
 - 12- Erosão no bairro Camuá: obra realizada aguardando recomposição florestal para finalização.
 - 13- Jardim Espanha/ América 2: Sendo feita recuperação pelo empreendedor



CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – COSAN

com previsão de término em junho deste ano.

14-Rua Ana Vieira Martins – Bairro Pão de Açúcar 3: Solucionada

15-Rua Wagner Fulgêncio: em fase de finalização, investidos cerca de três milhões de reais.

O presidente Marçal salientou que grande parte dos problemas apresentados já tem projetos de recuperação, no entanto, dependem de dotação orçamentária para execução. Em seguida apresentou orçamentos feitos com empresas para prestação de serviços de levantamento de dados e execução de obras, na forma seguinte:

- a) DRZ : Empresa que elaborou o Plano Municipal de Saneamento Básico no ano de 2016. Para levantamento de dados e execução de obras: R\$866.500,00.
- b) GEO FORTES: Para diagnóstico pluvial das áreas de risco do município: R\$129.500,00.
- c) ROBOCONTROL: Para diagnóstico, cadastro e manutenção: Plano anual de R\$4.194.800,00 o que significa uma despesa mensal de R\$349.566,67.

Novamente o presidente do conselho Marçal informou que vai disponibilizar os orçamentos detalhados para os membros analisarem e avaliarem. A conselheira representante do CREA Andreisse lembrou que talvez o maior problema estaria nas bocas de lobo e não na rede, salientando que a limpeza das galerias teria um valor mais dispendioso de recurso e que talvez para a execução dos serviços mais simples pudessem priorizar as empresas do próprio município. Gustavo lembrou que houve demonstração de empresa oferecendo os serviços por meio de robôs.

Marçal apresentou os valores que já se encontram à disposição do COSAN, referentes às parcelas de fevereiro, março, abril e maio, totalizando um montante de R\$935.572,49. Ressaltou também que sua esplanção foi uma “tempestade de idéias” para que se defina um direcionamento para as ações que serão realizadas, e salientou a importância de se informar a população sobre as ações do conselho, talvez a criação de uma logomarca, para mostrar



CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – COSAN

a seriedade e dar transparência às ações. Andreisse sugeriu a participação em programas de rádio para divulgação das ações, pois tem grande alcance junto à população e não necessita de investimento. O representante do COLMEIA Murilo, lembrou que a população tem poucas informações a respeito dos conselhos, concordou que o uso do rádio realmente seria o mais simples, barato e de grande alcance e sugeriu definir linhas básicas para divulgação, também com uso das redes sociais. Sobre as erosões, Murilo ressaltou o importante papel do CODEMA na prevenção, pontuando que todas começam com um simples carreamento de solo, o que poderia ser evitado exigindo-se mais do empreendedor nos processos de aprovação dos loteamentos com condicionantes mais eficientes na construção das redes de drenagem. Andreisse sugeriu exigir do empreendedor a apresentação de relatórios anuais para monitoramento. Marçal informou que isso já é feito, mas a quantidade de loteamentos entregues ao município é muito baixa e que o instituto não tinha formas de coibir isso. Murilo deu sequência esplanando que o problema está em todas as regiões da cidade, pela geomorfologia, sugerindo que se exija em todos os projetos de loteamento Laudos de Viabilidade Geológica para sua aprovação, para se ter medidas mais acertadas na aplicação da verba disponível para o conselho. Andreisse completou que a aplicação da verba na prevenção seria mais importante, portanto podendo-se utilizar um percentual para isso e outro nas obras de resolução de problemas de drenagem. Murilo lembrou de uma erosão existente no bairro São Geraldo, mas Ericon informou que trata-se da Rua Pedro Adolfo e que o problema já foi solucionado e completou dizendo que a maioria das erosões da cidade estão situadas em locais com nascentes, que teoricamente não poderiam estar sendo utilizados. Andreisse propôs que se peça aos loteadores estudos de furo de sondagem em pontos específicos nos projetos de loteamentos. Levantou ainda a questão da inclinação máxima das áreas institucionais de 20% determinada no Plano Diretor. Gustavo achou super válida a colocação, exemplificando com as obras de construção da creche no bairro Novo Horizonte, que tiveram valor muito mais elevado



CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – COSAN

devido a acentuada declividade do terreno. Murilo ponderou que a área institucional tem que ter critérios a serem respeitados, que o poder público precisa escolher o local, devido à viabilidade para sua utilização. Marçal informou que na revisão do Plano Diretor Estratégico tudo isso foi revisado. Ericon atentou que em algumas áreas institucionais o empreendedor não realiza todas as medidas exigidas no licenciamento, agravando ainda mais a situação. Gustavo indicou a importância de se superdimensionar as redes, devido ao crescimento da cidade. Marçal lembrou que muitas áreas mais antigas não tem nem projetos de drenagem. Andreisse sugeriu acrescentar no Plano Diretor Estratégico normas mais restritivas que atendam aos critérios de declividade, construção e dimensionamento de bocas de lobo. Marçal comunicou que vai enviar por Whatsapp todos os orçamentos apresentados aos conselheiros para que analisem mais pormenorizadamente. Andreisse parabenizou Marçal e o IPDSA pelo início dos trabalhos, comentando que houve muita evolução desde a última reunião. Murilo perguntou como seria a contratação das empresas legalmente e sobre a necessidade de reuniões mais frequentes para se aproveitar o período de seca. Roberta questionou se todos estavam de acordo com a ATA da reunião anterior, sendo que todos se manifestaram positivamente, com a ressalva de Murilo que solicitou que fosse citado como representante do COLMEIA e não como representante da EMATER, como havia sido colocado. Roberta informou sobre um projeto escrito pelo IPDSA para concorrer a um edital para construção de rede de esgotamento na Boca da Mata e em Itaipu. Na sequência a engenheira ambiental Juliana, também do IPDSA detalhou os projetos inscritos no Comitê de Bacias do Rio Araguari exemplificando projetos já contemplados e realizados. Murilo indagou também se existe fiscalização em relação a esgotamento sanitário nos chaceamentos do município, o que foi esclarecido que existe um termo de aditamento para regularização dos mesmos junto ao Ministério Público para que se adequem da forma prevista no termo de aprovação, na sequência o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.